



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

Lei n.º, 332/97

de 26 de Setembro de 1997.

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE,  
REORDENA A SECRETARIA DE SAÚDE, CRIA O CONSELHO  
E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Mãe do Rio, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. A presente Lei regula, no âmbito do Município de Mãe do Rio, os direitos e obrigações que se relacionam com a saúde e o bem-estar individual e coletivo de seus habitantes, reordena as atribuições da Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente (SMSSMA), define a Política Municipal de Saúde e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º. A Política Municipal de Saúde do Município de Mãe do Rio, nos termos constitucionais, se fará em consonância com as Leis Federais n.º 8.080/90 - Lei Orgânica da Saúde (LOS), N.º 8.142/90 e, em caráter de complementaridade, com a legislação estadual pertinente, efetivando-se por meio de um conjunto de ações programáticas de iniciativa pública e dos organismos privados de saúde, assegurando-se a todos os cidadãos, na esfera do Município, a universalização dos direitos sociais básicos e fundamentais.

Art. 3º. A Saúde constitui um bem jurídico e um direito social fundamental do ser humano, sendo dever comum do Município, do Estado e da União, promoverem as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º. O direito a saúde é garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso igualitário as ações e serviços destinados para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 2º. O dever das esferas governamentais não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade civil. Para fins deste artigo incumbe: —

I - Ao Município, precipuamente, zelar pela promoção, proteção e recuperação da saúde, e bem-estar físico, mental e social das pessoas e da coletividade, viabilizando instrumentos e mecanismos públicos necessários para tal;

II - A coletividade em geral, cooperará com os órgãos e entidades competentes na adoção de medidas que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde dos seus membros;

III - Aos indivíduos, em particular, cooperar com órgãos e entidades competentes; adotar um estilo de vida higiênico; utilizar os serviços de imunização; observar os ensinamentos sobre educação e





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

saúde, prestar informações que lhe forem solicitadas pelos órgãos sanitários competentes; respeitar as recomendações sobre conservação do meio ambiente.

Art. 4º. Será assegurado o caráter democrático na gestão Administrativa do Sistema Único de Saúde Municipal (SUSM), com a participação paritária e deliberativa da comunidade em geral, dos usuários de serviços de saúde, em todo o processo de formulação e implementação dos planos, programas e projetos de saúde, bem como de instalação de serviços, sendo-lhes assim assegurado, nos termos do Decreto Federal n. 99.438/90 a fiscalização e o controle das ações de saúde a nível municipal.

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES DA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE**

Art. 5º. Compete a Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente - SMSSMA:

- I - Formular, propor e implementar a Política Municipal de Saúde;
- II - Colaborar com os órgãos afins nas esferas estadual e Federal no que se refere a saúde;
- III - Planejar, prestar e fiscalizar o atendimento médico, odontológico, social, preventivo ou de urgência na esfera do município;
- IV - Celebrar convênios na sua esfera de competência;
- V - Adotar medidas de proteção a criança e a maternidade;
- VI - Educar, informar e assistir a família quando a temas de saúde;
- VII - Promover a educação para a saúde e assistência médico-sanitária e odontológica nas escolas municipais;
- VIII - Promover estudos, pesquisas e levantamentos que auxiliem e possibilitem o controle e a ação para erradicação de doenças transmissíveis;
- IX - Estimular e promover a proteção e a sanidade ambiental do Município no combate a poluição ambiental e na conservação de áreas públicas.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde terá sua organização e estruturação interna definida nos termos da política administrativa municipal por meio do correspondente Plano de Carreira, Cargos e Salários.

**CAPÍTULO III**  
**DAS INSTÂNCIAS CONSTITUTIVAS DO SISTEMA**  
**MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 7º. O Sistema Único de Saúde do Município de Mãe do Rio, será constituído por duas instâncias colegiadas que são:

- I - Conferência Municipal de Saúde (COMS);





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

II - Conselho Municipal de Saúde (CMS).

Art. 8º. As instâncias de que trata o artigo anterior terão, sem prejuízo das funções do poder Legislativo, caráter permanente, deliberativo nos seus níveis de abrangências e composição paritária entre usuários, trabalhadores de saúde e prestadores de serviços de saúde.

**SEÇÃO I**  
**DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 9º. A Conferência Municipal de Saúde (COMS) é instância colegiada consoante ao CMS e tem por competência:

I - Articular os vários segmentos sociais no âmbito do Município, em prol dos interesses da saúde;

II - Avaliar a situação de saúde no Município e propor diretrizes para formulação da Política Municipal de Saúde;

Art. 10. A COMS reunir-se-á ordinariamente a cada 2 (dois) anos, com a representação dos vários segmentos sociais do Município, convocado pelo Poder Executivo Municipal ou pelo CMS.

Art. 11. A COMS reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Poder Executivo ou CMS.

Art. 12. Quando de sua convocação, deverá ser estabelecido o tema central da Conferência.

Art. 13. A COMS será presidida pelo Presidente do Conselho de Saúde e, na sua ausência e impedimento eventual, pelo seu substituto.

Art. 14. As regras de organização e funcionamento da COMS serão objeto de Regimento Interno aprovado por ela própria e homologado pelo CMS.

**SEÇÃO II**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 15. O Conselho Municipal de Saúde (CMS), nos termos do Art. 8º, desta Lei, e a instância fiscalizadora e deliberativa das ações de saúde no nível local, competindo-lhe:

I - Formular estratégias de execução e controle da Política Municipal de Saúde;

II - Acompanhar e avaliar as ações de saúde e a alocação de recursos econômicos, financeiros e técnico-administrativos;

III - Deliberar quanto a distribuição e aplicação de recursos, inclusive econômico-financeiro;

IV - Determinar prioridade na saúde;





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

V - Indicar a celebração de contrato e convênios entre o setor público e o setor privado ou outras esferas governamentais, inclusive fiscalizando sua execução;

VI - Emitir pareceres e laudos quanto a abertura, instalação e localização de novas unidades de saúde;

VII - Definir critérios de qualidades para os serviços de saúde;

VIII - Articular-se com os demais colegiados a nível estadual e nacional;

IX - Troçar diretrizes e aprovar os Planos de Saúde para o Município;

X - Examinar propostas e denúncias, responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como apreciar recursos e interpelações apresentadas ao Colegiado, inclusive a respeito de suas deliberações;

XI - Propor a convocação e estruturar a Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde;

XII - Estimular e promover a participação efetiva da comunidade no controle da administração do Sistema de Saúde;

XIII - Propor critérios para a programação e para execuções financeiras e orçamentarias do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e destinação de recursos;

XIV - Elaborar seu Regimento Interno e Normas Gerais de seu funcionamento;

XV - Estimular, apoiar, promover estudos e pesquisas, assim como sua divulgação, de assuntos e temas na área da saúde, de interesse para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde;

XVI - Outras atribuições estabelecidas pela legislação pertinente e Conferências Nacionais de Saúde.

Art. 16. Instância colegiada de caráter permanente e autônoma em relação ao Poder Público, distinta de um mero mecanismo executivo de coordenação interinstitucional, o Conselho Municipal de Saúde terá composição paritária dos usuário em relação ao outros segmentos representados, assegurados 50% (cinquenta por cento) para representação de usuários dos serviços de saúde, 25% (vinte e cinco por cento) para a representação dos trabalhadores da saúde e 25% (vinte e cinco por cento) para a representação dos prestadores de serviços público e privado.

Art. 17. Os membros do Conselho Municipal de Saúde, representativo da sociedade civil organizada e na forma do artigo anterior, serão indicados mediante eleição nos fóruns que representam, enquanto que os representantes das entidades governamentais, serão indicados pelas autoridades correspondentes do Governo Municipal, nomeados pelo Prefeito.

§1º. A cada titular do CMS corresponderá um suplente indicado por igual modo que os titulares.

§2º. Será considerada como existente para fins de participação no CMS, a entidade regularmente organizada.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

§3º O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - O exercício da função de Conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante, em conformidade com a legislação federal;

II - Os membros do CMS serão substituídos caso faltem, sem motivos justificados, a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) reuniões intercaladas no período de 6 (seis) meses;

III - Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

Art. 18. O CMS, por meio de seu Regimento Interno, fixará sua estrutura organizacional e de funcionamento interno, podendo prever para isto instâncias deliberativas, tais como plenário, conselho pleno, diretoria executiva, secretaria executiva ou outras, observadas as seguintes disposições:

I - A Presidência do CMS será exercida pelo Secretário Municipal de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente;

II - O órgão de deliberação máxima será sempre o Plenário;

III - Prever-se-ão reuniões e sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, as quais se realizarão sempre com a maioria absoluta de seus membros;

IV - As deliberações das reuniões e sessões, serão tomadas sempre pela maioria absoluta dos votos dos presentes;

V - O voto será sempre individual e unitário;

VI - As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções;

Art. 19. A Secretaria Municipal de Saúde prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 20. Para melhor desempenho de suas atividades e funções, o CMS poderá recorrer a pessoas, e entidades mediante os seguintes critérios:

I - Considera-se entidade colaboradora do CMS, aquelas formadoras de recursos humanos para a saúde e as representativas de profissionais dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;

II - Pessoas de instituições de notória especialização em assuntos específicos afetos a saúde.

**CAPITULO IV**  
**DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 21. Fica Instituído o Fundo Municipal de Saúde (FMS), que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde executadas ou coordenadas pela SMSSMA, nos termos desta lei e legislação federal vigente.





**ESTADO DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

Art. 22. São receitas do FMS:

I - As transferências oriundas do Orçamento da Seguridade Social e do Orçamento Estadual, como decorrente do que dispõe o Art. 30, inciso VII da Constituição Federal;

II - Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - O produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

IV - O produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária, multas, juros de mora e outros emolumentos oriundos da cobrança de infrações previstas nesta Lei, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V - As parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de Lei e de convênios no setor.

VI - Alienação patrimoniais e rendimentos de capital;

VII - Ajudas, contribuições, doações, prêmios e legados constitucionais feitas diretamente ao FMS;

VIII - Rendas eventuais, inclusive provenientes de promoções específicas para o SUS.

IX - As transferências oriundas das receitas do Município, equivale a um mínimo de 10% (dez por cento) dos recursos do Tesouro Municipal.

§1º. As receitas descritas neste Artigo, serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento bancário oficial.

§2º. A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - Da existência de disponibilidade em função do cumprimento da programação;

II - De prévia autorização da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o CMS;

§3º. As deliberações de receitas por parte do Município, conforme estipulado nos incisos IV e V deste artigo, serão realizadas até no máximo o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte aqueles em que se efetivarem as respectivas arrecadações.

Art. 23. Constituem ativos do FMS:

I - Disponibilidades monetária em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas específicas;

II - Direitos que por ventura vier a constituir;

III - Bens imóveis e móveis que forem destinados ao Sistema de Saúde do Município





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

IV - Bens móveis e imóveis doados com ou sem ônus, e destinados ao Sistema de Saúde do Município;

V - Bens móveis e imóveis destinados a administração do Sistema de Saúde do Município.

Parágrafo Único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao FMS.

Art. 24 Constituem passivo do FMS, as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir, para a manutenção e o financiamento do Sistema Municipal de Saúde.

**SEÇÃO I**  
**DA COORDENAÇÃO E GESTÃO DO FUNDO**

Art. 25. O FMS será gerido pelo Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Saúde Saneamento e Meio Ambiente que:

I - Elaborará o Plano de Ação Municipal de Saúde;

II - Elaborará o Orçamento do FMS, contemplando as necessidades identificadas mediante Diagnóstico Técnico Situacional e priorizadas no Plano de Ação referido no inciso anterior;

III - Acompanhará, controlará, avaliará e fiscalizará a utilização dos recursos do FMS e o seu desempenho;

IV - Elaborará Plano de Aplicação especificando quando como e onde os recursos do FMS serão aplicados, em conformidade com a legislação pertinente;

V - Fixará Resoluções;

Parágrafo Único. Para execução e operacionalização das atividades de orçamento e contabilidade, o FMS ficará subordinado a Secretaria Municipal de Saúde e terá seus valores depositados em conta bancária, como previsto pelo §1º, do Art. 22 desta Lei.

Art. 26. Atendida a Legislação Federal e Estadual pertinentes no que se refere as obrigações contábeis e de gerenciamento, são atribuições da coordenação do FMS, em consonância com a SMSSMA:

I - Preparar as demonstrações mensais da receita e da despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde Saneamento e Meio Ambiente, e ao CMS;

II - Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da PMMR, os controles necessários sobre os bens patrimoniais a cargo do FMS;

III - Encaminhar à contabilidade geral da PMMR:

a) Mensalmente, as demonstrações de receita e despesas;

b) Trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;

c) Anualmente, o inventário de bens móveis e imóveis e o balanço geral do FMS;





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

IV - Manter os controles necessários a execução orçamentária do FMS, referentes a empenhos, liquidações e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

V - Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentaria, as demonstrações mencionadas no inciso III;

VI - Preparar os relatórios de acompanhamentos das realizações das ações de saúde, para serem submetidas às instâncias cabíveis;

VII - Providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômica-financeira geral do FMS;

VIII - Apresentar à SMSSMA e ao CMS a análise e a avaliação da situação econômica-financeira do FMS, detectada nas demonstrações mencionadas;

IX - Manter os controles necessários sobre os convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;

X - Encaminhar, mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde Saneamento e Meio Ambiente e ao CMS, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela Rede Municipal de Saúde;

XI - Manter o controle e a avaliação da produção da produção da unidades integrantes da Rede Municipal de Saúde.

**SEÇÃO II**  
**DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE DO FUNDO**

Art. 27. O orçamento do FMS evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º. O orçamento do FMS integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º. O orçamento do FMS observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente, e o Diagnóstico Técnico Situacional.

Art. 28. A contabilidade do FMS tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do Sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 29. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive, de apropriar e apurar custos dos serviços e, conseqüentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 30. A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

§1º. A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão inclusive, dos custos dos serviços.

§2º. Entende-se por relatórios de gestão, os balancetes mensais de receita e de despesa do FMS e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§3º. As demonstrações e os relatórios produzidos, passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

**SEÇÃO III**  
**DA EXECUÇÃO DO FUNDO**

Art. 31. Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária do Município, o Secretário Municipal de Saúde aprovará, em conformidade com o CMS, o quadro de quotas

bimestrais que serão distribuídas entre as unidades executoras do Sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. As quotas bimestrais poderão ser alteradas durante o exercício observado o limite fixado no orçamento e o comportamento de sua execução.

Art. 32. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único. Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias, poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo, conforme autoriza a legislação federal e a Constituição do País.

Art. 33. As despesas do Fundo Municipal de Saúde se constituirão de:

I - Financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela SMSSMA ou com ela conveniados;

II - Pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta que participem da execução das ações de saúde, com vistas à assegurar-se a proteção, recuperação e promoção da saúde pública;

III - Pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor de saúde, observado o disposto no §1º, do Art. 199, da Constituição Federal;

IV - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII - Desenvolvimento de programas de capacitação de aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO**

VIII - Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessário a execução das ações e serviços de saúde no Município.

Art. 34. A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

**CAPITULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 35. O Prefeito Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, expedirá Decretos para adaptar a estrutura organizacional da SMSSMA aos termos desta LEI.

Art. 36. Fica a SMSSMA, através dos órgãos competentes de sua estrutura, autorizada a emitir normas técnicas, aprovadas pelo seu titular, destinadas a implementar esta Lei

Art. 37. Os serviços de vigilância sanitária, objeto desta Lei, executados pela SMSSMA, ensejarão a cobrança de preços públicos.

Parágrafo Único. Serão fixados, anualmente em Decreto do Poder Executivo, por proposta da SMSSMA em consonância com o CMS, os valores dos preços públicos de que trata este Artigo, em função dos respectivos serviços.

Art. 38. O FMS terá vigilância ilimitada.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$-10.500,00 (Dez mil e quinhentos Reais), para cobrir as despesas de implantação do FMS.

Parágrafo Único. As despesas a serem atendidas pelo Crédito previsto neste Artigo, correrão a conta do Código de Despesa n.º 4130 - Investimento em Regime de Execução Especial, as quais serão compensadas com os recursos oriundos do Artigo 43, da Constituição Federal.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe do Rio, 26 de Setembro de 1997

**JOEL NUNES DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal